



PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Tendo em conta que:

1. O Bairro Parceria e Antunes foi inaugurado em 2005, tendo sido construído de raiz em terrenos adjacentes à Maternidade Júlio Dinis, onde em 2002 tinha sido demolido um Bairro de maiores dimensões, na sequência da expropriação destes terrenos para a construção no local do Centro Materno Infantil do Norte, que então não se veio a realizar, tendo o custo da sua construção sido assumido pelo Ministério da Saúde, compromissos que acabaram por não ser cabalmente assumidos,
2. O Bairro é composto por 54 fogos habitacionais, para além das garagens, sendo do actual Grupo V, com rendas técnicas mais caras;
3. Apesar de ser um Bairro novo, logo um ano após a sua construção, ocorreram diversas queixas de moradores, sobretudo por causa dos problemas de infiltrações de águas, humidades e fendas de diversa dimensão, que persistem até aos dias hoje, apesar das intervenções de reparação da Domus Social, EEM e dos próprios moradores;
4. A persistência destes problemas revela que há problemas estruturais que precisam de ser avaliados e identificados, de forma que possam ser resolvidos e que vêm da construção do Bairro, que na altura custou menos um milhão de euros do que o inicialmente previsto, como afirmou o actual Presidente da Câmara;
5. Faltam vários painéis de azulejos em muitas entradas, como por exemplo nas entradas 2 e 5:

A Câmara Municipal do Porto, reunida em 15 de Janeiro de 2013, delibera recomendar ao seu presidente que:

1. Tome as diligências necessárias junto dos serviços para que seja feita uma avaliação dos revestimentos exteriores e telhados do Bairro Parceria e Antunes, com vista a identificar as causas estruturais das infiltrações de águas, no sentido da sua reparação e apuramento de responsabilidades;
2. Tome as diligências necessárias junto dos serviços para que sejam recolocados os painéis de azulejos em falta, nomeadamente nas entradas 2 e 5

Porto, 15 de Janeiro de 2013

O Vereador da CDU – Coligação Democrática Unitária
(Pedro Carvalho)

Esta proposta foi aprovada, com os votos favoráveis da CDU e do PS e a abstenção do PSD/CDS